



Informe Estratégico – Novas previsões sobre Domicílio Trabalhista e Livro de Inspeção Trabalhista

1 - Foi publicado no D.O.U. do dia 31/01/2024 o [Decreto nº 11.905](#), de 30/01/2024, alterando o [Decreto nº 10.854/2021](#), dispondo sobre o **Domicílio Eletrônico Trabalhista** e o **Livro de Inspeção do Trabalho Eletrônico**, prevendo o seguinte:

2 - Quanto ao Domicílio Eletrônico Trabalhista (DET):

- Constituem **princípios** do DET a presunção de boa-fé, a racionalização e simplificação do cumprimento das obrigações trabalhistas e das obrigações não tributárias impostas pela legislação previdenciária, a eliminação de formalidades e exigências desnecessárias ou superpostas, a padronização de procedimentos e transparência, e a conformidade com a legislação trabalhista e previdenciária, inclusive quanto às normas de segurança e saúde do trabalhador.
- O DET é destinado a **cientificar** o empregador de quaisquer atos administrativos, ações fiscais, intimações e avisos em geral, e a receber a documentação eletrônica exigida do empregador no curso das ações fiscais, ou na apresentação de defesa e de recurso no âmbito de processos administrativos. A **identificação do usuário**, para utilizar o DET, será procedida exclusivamente a partir das contas ouro ou prata do gov.br. Além disso, será necessário computador ou “notebook” com navegador “Web” e conexão com a “Internet” para poder acessar o Sistema. É facultado ao empregador utilizar o **Sistema de Procurações Eletrônicas** para autorizar o acesso de contadores e terceiros, como advogados.
- O DET será **aplicado** a todos que estiverem sujeitos à inspeção do trabalho, como as empresas, por exemplo, que tenham ou não empregados. Basicamente, o DET utiliza serviços digitais para realizar a comunicação eletrônica entre **Audidores-**

Fiscais do Trabalho e empregadores, com o objetivo de dar maior agilidade, publicidade e eficiência à relação entre a Administração Pública e os administrados. Assim, com a comunicação eletrônica realizada por meio do DET o empregador irá tomar ciência da existência da **ação de fiscalização**, e poderá enviar ou receber documentos a ela relacionados.

- As **comunicações eletrônicas** serão realizadas por meio do DET e dispensa sua publicação no Diário Oficial da União, bem como dispensa o envio por via postal (Correio), e serão consideradas pessoais para todos os efeitos legais.
- O **acesso** ao DET ocorrerá com a utilização de certificado digital, código de acesso ou autenticação por sistema oficial.
- A **ciência das comunicações eletrônicas** será verificada automaticamente por meio do DET, e a **ausência de consulta** por parte do empregador, no prazo regulamentar, configurará **ciência tácita**, ou seja, o Domicílio Eletrônico Trabalhista irá considerar que a empresa notificada teve ciência do teor da comunicação, mesmo que não tenha feito o acesso. Assim, a partir do momento em que a comunicação eletrônica for enviada eletronicamente, será contado o prazo para que o empregador seja considerado ciente por decurso do prazo, ou seja, por término do prazo.
- A **ciência das comunicações eletrônicas** dos empregadores que **não aderirem** ao DET será presumida. Isso significa que mesmo que o empregador, por livre e espontânea vontade, decida não aderir ao DET, sua empresa será considerada conhecedora das comunicações eletrônicas encaminhadas.
- O DET será **regulamentado** e **disponibilizado gratuitamente** pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e suas funcionalidades serão implementadas de forma gradual, conforme cronograma que será estabelecido.

3 - Quanto ao livro de Inspeção do Trabalho eletrônico (eLIT):

- O livro Inspeção do Trabalho será adotado em **formato eletrônico** como uma das **funcionalidades** do Domicílio Eletrônico Trabalhista, em substituição ao livro impresso, e passará a ser denominado **Livro de Inspeção do Trabalho Eletrônico - eLIT**.

4 - Para mais informações acesse:

- [Informe](#) sobre **Domicílio Eletrônico Trabalhista**, com informações sobre a Lei nº 14.261/2021 que alterou a CLT, instituindo o Domicílio Eletrônico Trabalhista (DET).
- [Informe](#) sobre **Portaria/MTP nº 671/2021 – Novo Livro Eletrônico de Inspeção do Trabalho – eLIT**, com informações sobre a Portaria nº 671/2021, do Ministério do Trabalho e Previdência, que dispõe sobre o Livro Eletrônico de Inspeção do Trabalho (eLIT).

Marco Antonio Redinz

Advogado trabalhista, autor de livros, mestre em Ciências Jurídicas pela PUC/Rio, e Especialista de Relações do Trabalho da Findes

Fernando Otávio Campos da Silva

Presidente do Conselho Temático de Relações do Trabalho - CONSURT